



ÁREA TEMÁTICA: Direito, Crime e Dependências

LEVS/UNESP - Laboratório de Estudos da Violência e Segurança da Unesp: Proposta de Discussão Interdisciplinar e Globalizada

FELIX, Sueli Andruccioli

Doutora em Geografia Humana

UNESP – Universidade Estadual Paulista

sueli.felix@flash.tv.br

Resumo

A compreensão da criminalidade e a sua prevenção demandam esforços coletivos, interdisciplinares e interinstitucionais. A UNESP (Universidade Estadual Paulista), um pouco pela localização das unidades espalhadas em todo o estado de São Paulo, possui uma estrutura acadêmica fragmentada e/ou organizada em espaços territoriais específicos, por iniciativas individuais, pontuais, com raros projetos multicampi. O mundo globalizado e a velocidade da informação exigem uma universidade flexível e dinâmica que tanto ajude a fluir o conhecimento já alcançado quanto a gerar novas reflexões. Sendo a criminalidade um fenômeno universal e com matizes um tanto aproximadas, as reflexões teóricas coletivas são desejáveis, além de relevantes para aumentar a credibilidade dos resultados perante os administradores e suas políticas públicas de prevenção que vislumbrem, em última instância, a qualidade de vida humana. O LEVS (Laboratório de Estudos da Violência e Segurança) é uma evolução e uma ampliação do Grupo de Pesquisa GUTO/UNESP, recebe apoio da FINEP/MCT (Financiadora Nacional de Estudos e Projetos) para a produção do conhecimento em escala global, multidisciplinar em base cooperativa. Está aberto à participação de pesquisadores interessados em desenvolver projetos em parceria, dialogar com seus pares e divulgar resultados de pesquisas. É um espaço coletivo de consulta e interação global pela web site (<http://www.levs.marilia.unesp.br>) e Revista Virtual.

Palavras-chave: Violência; Segurança; Pesquisa Virtual; Índice de Vulnerabilidade; Políticas Públicas.





1. INTRODUÇÃO

A violência urbana e a sua prevenção são temas cada vez mais presentes no nosso cotidiano e com evidências de continuar a ser uma das maiores preocupações da sociedade moderna, particularmente de países com um passado histórico de dependências externas, como o Brasil, com elementos naturais de desigualdades desde a escravidão até a atual convivência da miséria com a opulência dos centros urbanos. Um cenário de valorações que, para Teresa Caldeira (2000), se articulam em preconceitos, estigmas e estereótipos da vida em sociedade, particularmente dirigidos aos socialmente diferenciados – a “fala do crime”¹ – que, por conseqüência, conferem novos contornos à trama urbana, fraturam e “implodem” os espaços de vivência cotidianos e coletivos. Essa “fratura” atinge mais perversamente os desfavorecidos economicamente que, sem outras alternativas, se submetem (ou sucumbem de) às políticas públicas de um Estado com preocupações superficiais no trato com educação, meio ambiente, saúde, trabalho, trânsito, infra-estrutura urbana, cultura etc.

Em relação à criminalidade, as suas características multiforme, multicausal e multifacetada exigem análises dos seus componentes de justiça criminal (Lei, crime, ofensor, ofendido e ambiente), tratando os conflitos sociais além dos modelos e padrões institucionais, percebendo-os no âmbito de outras variáveis sociais de qualidade de vida. Entretanto, é preciso cautela nas interpretações relacionadas às questões sociais. Não é incomum encontrar teóricos que, no afã de culpabilizar o sistema econômico, justificam a transgressão pela condição sócio-econômica e promovem a criminalização da pobreza. Tais interpretações criam preconceitos que instrumentalizam as agências de controle social contra este segmento e sedimentam a relação pobreza-criminalidade.

A solução está no equilíbrio das interpretações. Mesmo considerando a influência das situações de carências e necessidades nos conflitos e desajustes sociais, devem-se evitar interpretações simplistas de criminalização da pobreza, uma causalidade sem grandes sustentações teóricas. Além dos mecanismos institucionais de que dispõem as classes sociais que ocupam as partes elevadas da pirâmide social, numericamente há muito mais integrantes de classes mais baixas na sociedade, o que já seria um forte argumento para romper com a lógica do discurso da criminalização da pobreza.

Nessa historicidade de interpretações simplistas outras minorias/categorias sociais são comumente atingidas, dentre as quais os negros e os jovens. A enorme participação do jovem na criminalidade (vítima ou bandido) é o reflexo da falta de políticas públicas adequadas ao segmento. O espírito aventureiro do jovem em paralelo com uma sociedade marginal atraente, acrescidos de carências estruturais, são fatores da enorme cooptação da criminalidade e, em uma visão coletivista, uma bomba-relógio para confrontos violentos como os que ocorreram entre a força policial e uma organização criminosa em S.Paulo, em 2006. Não neste caso, especificamente, mas no contexto geral é importante ampliar as análises da criminalidade para os controladores sociais. A participação crescente de membros da polícia nos indicadores de violência pode ser um sintoma de que a polícia está usando a violência para o controle social, ao invés de reagir a incidentes numa sociedade violenta.

A sociedade, ao ser atingida pelo aumento da violência, exige medidas repressivas e também violentas por parte do Estado. E, diante das limitações da ação estatal, adota iniciativas privadas que acentuam a segregação social pelo cerceamento de espaços públicos, pelo isolamento residencial (condomínios de classes médias e altas) e, o mais grave, pela formação de guetos e grupos organizados na criminalidade. Tais atitudes alimentam o ciclo de violência (como no caso da ação policial e atitudes populares de justiça pelas próprias mãos).



Questões de criminalidade e violência devem ser tratadas com os devidos cuidados teórico-metodológicos para não promoverem soluções paliativas que mais agravam que resolvem a situação, como as medidas repressivas reclamadas pela sociedade e constatadas em quaisquer pesquisas de opinião pública.ⁱⁱ

No mundo acadêmico, as pesquisas na área da criminalidade estão ganhando cada vez mais espaço, mesmo entre disciplinas de abordagem indireta como as ciências da saúde, as estatísticas, a arquitetura, as artes etc. A formulação de teorias fornece às demais instâncias do sistema de justiça elementos para a compreensão dos conflitos sociais e distúrbios violentos. Ajudam a refletir sobre o perigo de ações institucionais que geram brutalidade ao violar e desrespeitar os direitos fundamentais dos cidadãos nos limites da soberania, direitos civis fundamentais à cidadania, mas que ainda são vistos como uma espécie de "privilegio" de certas camadas sociais. A manutenção do estado Democrático de Direito exige repressão criminal. O grande desafio é reprimir sem o abuso de autoridade (arbitrio estatal), e com formas democráticas de intervenção que não produzam mais violência.

LEVS – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E SEGURANÇA

ANTECEDENTES

O LEVS – Laboratório de Estudos da Violência e Segurança é resultado de duas décadas de reflexões teóricas iniciada com a pesquisa de mestrado (1989), tese de doutoramento (1996) e atividades de um grupo acadêmico com reflexões voltadas para a temática da violência, criminalidade e qualidade de vida, o **GUTO/UNESP – Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado**.

Desde o ano de 2000, o GUTO/UNESP desenvolve as suas atividades em dois eixos: projetos exclusivamente teóricos e de intervenção (pesquisa-ação) na linha das Políticas Públicas da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/SP). Tem-se, desse modo, a integração entre a teoria e a prática, com parceria entre a universidade e os órgãos públicos (Segurança Pública, Executivo) para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção que contemplem prioritariamente a prevenção primária de atendimento às necessidades básicas da população, especialmente a menos favorecida e mais sujeita às arbitrariedades do Sistema.

No rol de projetos teóricos, encontram-se a Geografia do Crime; Violência contra a Mulher e o Adolescente; Violência e Mídia; Crime e Medo; Violência nas Escolas; História do Lugar. Identidade, Cidadania e problemas criminais; Mapa da Exclusão/Inclusão Social e Qualidade de Vida; Polícia e Comunidade.

Dentre os projetos de ação (intervenção), destacam-se: Redes de Inclusão e proteção social nos bairros de Marília – SP; Informatização da Polícia Civil - Sistema de Informação Policial (SINPOL) e Sistema de Informação Geográfica (SIG); Mapeamento de dados sócio-demográficos (qualidade de vida) e criminais de Marília/SP; Cursos e treinamentos de policiais com ênfase nos direitos humanos e relações interpessoais; Eventos Nacionais; Pesquisas de Opinião (“Vitimização” - 2001 e 2004 e “Desempenho da Polícia Militar” em Marília – 2002, 2004 e 2006); Campanhas Gerais de Prevenção à Criminalidade e Violência abordando as perspectivas de gênero, furtos, idosos, de desarmamento etc.; Revitalização dos Conselhos de Segurança e Assessoria à população para a criação de organizações comunitárias; Projeto “Educação para Não-Violência” nas escolas e nos Centros de reintegração da criança e do adolescente (Casa do Pequeno Cidadão); Atividades Cidadãs nas UBS’s para encaminhamentos diversos (jurídicos e médicos) em parceria com a Secretaria Mun. de Saúde e Faculdade de Serviço Social da UNIMAR

Desde a sua criação, o GUTO mantém parceria com os órgãos públicos (Prefeitura, Polícias Civil e Militar) e segmentos da comunidade (Associações de Bairros e Conselhos de Segurança), com grande participação



popular através do “Fórum de discussão dos Problemas Urbanos”. Além do fórum, a penetração do GUTO na sociedade pode ser comprovada pela ampla cobertura da imprensa local e de algumas matérias na grande imprensa (Globo, Jornal da Tarde, Agora São Paulo), Rádio e TV. ⁱⁱⁱ

Os resultados do Fórum de Discussões provaram a relevância da realimentação desse processo de integração entre a Universidade e demais instituições de atendimento à qualidade de vida urbana, geraram uma nova prática científica de estudo e percepção do cotidiano, das mediações sociais, das temporalidades dos sujeitos que transitam às margens da construção histórica.

No caso de Marília/SP, uma cidade de porte médio em processo de crescimento e fixação de novos sujeitos, deu-se continuidade às reflexões sobre a relação espaço/crime que, evidentemente, vão além do mero mapeamento, mas se constituem no que Marcelo Lopes de Souza (2000) chamou de “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade”.

Dessa forma, criou-se um espaço de reflexão e um produto acadêmico de intervenção social para a prevenção criminal com credibilidade suficiente para engendrar políticas públicas mais sistemáticas e realistas. Para as entidades de segurança, a oportunidade de contato com resultados de pesquisas acadêmicas que levem ao planejamento de ações com mais racionalidade e menos repressão. Para a comunidade, o *Fórum de Discussão dos Problemas urbanos* constituiu-se um instrumento de participação nas decisões e uma prática de co-responsabilidade na prevenção criminal.

Da parte do poder público municipal, o projeto possibilitou a criação de um mecanismo de ação mais ampla na prevenção primária de atendimento aos problemas urbanos que podem levar à prática criminal como a reestruturação de espaços públicos – áreas públicas deterioradas como praças e terrenos baldios, sujeitos à prática de certos delitos, iluminação de vias públicas – e o conhecimento das carências da comunidade nos aspectos de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Na parte técnica, o mapeamento das ocorrências criminais e dos problemas sociais realizados pelo GUTO foi o principal instrumento de mudança nas ações dos participantes públicos.

A dinâmica criminal promove transformações – arranjos e desarrajos – espaciais. Conhecê-la e interpretá-la à luz de teorias que vão além do ato em si, mas consideram o rol de carências, frustrações e fragmentações das relações sociais, é o primeiro passo para o desenvolvimento de políticas públicas menos contagiadas pelo discurso do poder.

Ao final deste projeto, em 2004, a sua metodologia estava implantada em todos os órgãos locais de polícia, adotada por diversos pesquisadores e em vias de se transformar em política pública municipal efetiva. Assim, em 2005, parte de sua metodologia foi adotada pelo poder público municipal com a criação do **“Comitê Gestor de Segurança e Qualidade de Vida”**, um órgão ligado ao Gabinete do Prefeito de Marília/SP.

FORMAÇÃO DO LEVS/UNESP

Com os antecedentes relatados, no ano de 2007 o grupo está evoluiu para um Laboratório de Estudos da Violência e Segurança (LEVS) da UNESP (Universidade Estadual Paulista), com total apoio da FINEP/MCT (Financiadora Nacional de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia). Inicialmente integrando três grandes projetos financiados pela FAPESP no Programa de Políticas Públicas: "Geografia do Crime" (relação crime/espaco/variáveis sociais) em Marília/SP – coordenado por Sueli a. Felix; "Políticas Públicas e Violência contra Crianças e Adolescentes" em Araraquara/SP – coordenado por Maria Teresa M. Kerbauy e "Índice Desenvolvimento Municipal (IDM)" em Assis/SP – coordenado por Fernando Frei.

Com os bancos de dados demográficos e criminais desses projetos, o LEVS está criando alternativas metodológicas para avaliação da violência - Índice de Vulnerabilidade (espacial, familiar, juvenil, gênero). A



construção de índices e sua representação espacial é uma poderosa ferramenta para traçar políticas públicas. A informação geográfica (imagens e símbolos) ainda é um poderoso meio de demonstração dos problemas criminais e de sensibilização das autoridades para a busca de soluções para o problema. Uma imagem diz mais que centenas de palavras.

Acreditando que a universidade pública ainda é o segmento por excelência capaz de estabelecer diagnósticos complexos que fujam de respostas simplificadoras de criminalização de alguns segmentos estigmatizados, o que só intensifica a violência institucional, o LEVS será um centro multidisciplinar (presencial/virtual) para estudos da violência, segurança, defesa e qualidade de vida, reunindo resultados de pesquisas consolidadas. Será um suporte científico aos órgãos de segurança e às políticas públicas com um sistema de informatização e mapeamento para disseminação às demais cidades.

Já está em execução o “site” www.levs.marilia.unesp.br para Reuniões e Encontros Virtuais, divulgação de Eventos, de “sites” relacionados, dicas de prevenção, telefones importantes, matérias publicadas em outros veículos etc., além da Revista Virtual para publicações de artigos científicos, resenhas e relatos de pesquisas.

O LEVS pretende ser uma nova prática de produção do conhecimento sobre o tema em escala global, multidisciplinar e interinstitucional – hoje os grupos de pesquisa em violência representam menos de 1% do universo total da UNESP. Um trabalho integrado de multiplicação de experiências, de ampliação do diálogo acadêmico, que em grande parte devido à interiorização de suas unidades e à estrutura multicampi da instituição, são realizadas de forma difusa, dificultando que uma inegável massa crítica de alta qualidade consolide sua inserção no mundo acadêmico, ocupando o lugar a que tem direito e ser referência no assunto.

No mundo atual, globalizado e com a incrível velocidade na circulação de informações, não mais se concebe uma estrutura acadêmica fragmentada e/ou organizada em espaços territoriais específicos. É urgente pensar a universidade suficientemente flexível e dinâmica para fluir com agilidade tanto o conhecimento já alcançado quanto para a geração de novas reflexões inter e multidisciplinares. Contemplar a universalização do saber para o desenvolvimento de novas teorias e matrizes paradigmáticas que viabilizem o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem, em última instância, a qualidade de vida humana.

Em um primeiro momento, os trabalhos individuais ou em grupo estão mantidos em escala local, seguindo as suas respectivas metodologias para, em etapa posterior e com a definição clara dos produtos finais, serem vistos no contexto geral, divulgados da forma mais ampla possível que a rede mundial de informação permite. Ao mesmo tempo, possibilitará a superação da atomização dos grupos de pesquisas que terão mais possibilidade de desenvolver projetos coletivos, fruto de propostas de gestão e de uma política de otimização de recursos e de resultados apoiados na força institucional da Universidade.

Enfim, diante da complexidade do problema criminal, da violência e da segurança pública, acreditamos ser este um caminho para novas idéias, conceitos e propostas de transformação de práticas e ações sociais que ultrapassem as circunscrições locais. Ao divulgar para a sociedade em geral o conhecimento científico gerado pelo grupo, disponibilizando discussões, metodologias e resultados, o LEVS poderá se constituir referência para tomadas de decisões em âmbito público e privado.



3. BIBLIOGRAFIA

CALDEIRA, T. P. R. (2000) *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (2000) *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ⁱ Para Caldeira (2000) a “fala do crime” engloba conversas, comentários, narrativas, piadas que têm o crime e o medo como tema, apontando exemplos empíricos e casos individuais.

ⁱⁱ Sobre medidas repressivas reclamadas pela sociedade ver relatório de pesquisa de vitimização realizada em Marília/SP, Brasil <http://www.guto.marilia.unesp.br/levs/pesquisa/pesquisavitimizacao.htm>

ⁱⁱⁱ Rol de publicações em http://www.guto.marilia.unesp.br/publicacoes_jornalisticas.htm